



Venda da Embraer **pode eliminar** polo tecnológico e 18 mil empregos



Memorando de entendimento referente à transação com a Boeing prevê aquisição da Empresa Brasileira de Aeronáutica por US\$ 3,8 bilhões, sem qualquer garantia de preservação da engenharia e dos postos de trabalho no País. SEESP atua para que União vete o negócio. *Página 5*

SAÚDE PÚBLICA AMEAÇADA

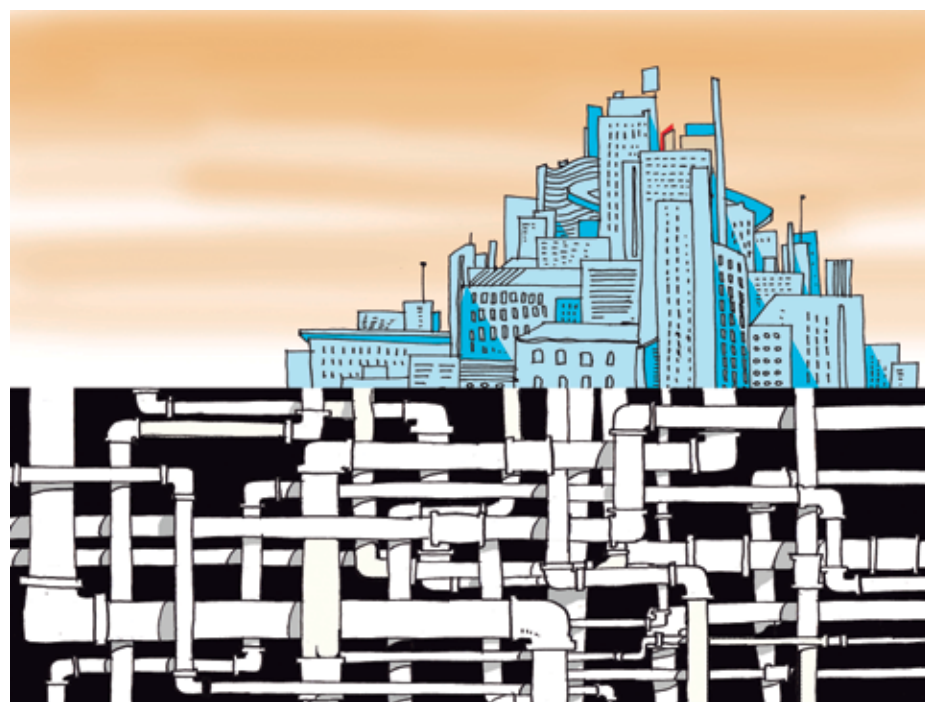
Segundo o *Ranking* do Saneamento editado pelo Instituto Trata Brasil neste ano, em 2016 havia 35 milhões de brasileiros sem acesso a água potável e mais de 100 milhões desprovidos de coleta de esgotos; somente 45% dos esgotos gerados no País eram tratados. Esse cenário bastante negativo e que aponta necessidade de avanços significativos pode ser agravado pela Medida Provisória 844, editada em 6 de julho último. Isso porque coloca em risco a meta de se garantir a universalização do saneamento básico no Brasil, questão absolutamente essencial à saúde da população e à preservação do meio ambiente. A proposta do governo tem erros graves na forma e no conteúdo. Em primeiro lugar, nada justifica a edição de uma MP para alterar a Lei 11.445/2007, que estabelece o marco regulatório do setor e foi fruto de amplo debate com a sociedade e com os especialistas da área.

Eng. Murilo Pinheiro
Presidente

Se há a intenção de mudar tais regras, que isso seja feito com novas discussões travadas de forma democrática.

O segundo equívoco é o fato de a proposta de alteração na lei desviá-la do seu objetivo central – a garantia de atendimento pleno em água, esgoto, resíduos e drenagem urbana – para oferecer oportunidades de negócios vantajosos. A medida pode custar o bem-estar das pessoas e ameaçar a saúde pública ao tornar inviável o subsídio cruzado e a prestação do serviço nas localidades mais pobres.

Esse risco real reside sobretudo no artigo 10-A da MP, que determina ao município que realize um chamamento público quanto ao interesse de empresas públicas e privadas em disputar a concessão dos serviços de saneamento. Ao tratar a área com tal lógica de mercado, gerará uma disputa pelas cidades superavitárias, deixando as demais sem cobertura. Importante notar que, segundo dados da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental



(Abes), apenas 500 entre os mais de 5.500 municípios brasileiros podem gerar lucros na operação do saneamento ambiental. É de se perguntar qual será o destino dos demais?

Saneamento ambiental é serviço público essencial e assim deve ser tratado. A sociedade deve estar atenta a essa questão, que é literalmente vital, e se

mobilizar para impedir que a MP seja aprovada no Congresso e se transforme em lei. Hoje estima-se que 65% das internações de crianças com menos de dez anos se deem por males causados pela deficiência ou inexistência de esgoto e água limpa. Precisamos urgentemente melhorar essa estatística, não piorá-la para que alguns possam lucrar.

JORNAL DO ENGENHEIRO — *Publicação do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo*

Diretora responsável: Maria Célia Ribeiro Sapucahy. Conselho Editorial: Murilo Pinheiro, João Carlos Gonçalves Bibbo, Celso Atienza, Carlos Alberto Guimarães Garcez, Marcos Wanderley Ferreira, Newton Guenaga Filho, João Paulo Dutra, Fernando Palmezan Neto, Edilson Reis, Antonio Roberto Martins, Esdras Magalhães dos Santos Filho, Flavio José Albergaria de Oliveira Brízida, Henrique Monteiro Alves, Aristides Galvão, Carlos Hannickel, Celso Rodrigues, Cid Barbosa Lima Junior, Di Stefano Mariano, Fabiane B. Ferraz, Gil Chacur, Gley Rosa, João Guilherme Vargas Netto, Luiz Fernando Napoleone, Marcellie Dessimoni, Mário Luiz Donato, Meire Garcia, Nestor Tupinambá, Osvaldo Passadore Junior, Renato Becker e Sérgio Granato. Colaboração: Delegacias Sindicais. Editora: Rita Casaro. Editora assistente: Soraya Misleh. Repórteres e revisoras: Rita Casaro, Soraya Misleh, Lourdes Silva, Rosângela Ribeiro Gil, Deborah Moreira e Jéssica Silva. Projeto gráfico: Maringoni. Diagramadores: Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. Apoio à redação: Pedro Henrique Santana. Sede: Rua Genebra, 25, Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01316-901 – Telefone: (11) 3113-2650 – Fax: (11) 3106-8829. E-mail: imprensa@seesp.org.br. Site: www.seesp.org.br. Delegacias sindicais: <http://goo.gl/yFwIR5>. FILADO A ANATEC PUBLICAÇÕES ESPECIALIZADAS



Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/

ou pelos telefones:
(11) 99173-0651
(11) 3284-9880

Previsão de R\$ 86,4 bi para ferrovia pode não sair do papel



Especialistas indicam problemas no modelo institucional do setor e falhas em executar projetos anteriores como principais riscos de não serem feitas obras incluídas na segunda fase do Programa de Investimentos em Logística (PIL2).
Página 5

visite nosso site www.seesp.org.br

Sua ART pode beneficiar o Sindicato dos Engenheiros

Ao preencher o formulário da ART, não esqueça de anotar o código 068 no campo "entidade de classe". Com isso, você destina 16% do valor para o SEESP. Fique atento: o campo não pode estar previamente preenchido.

Apoio: **CREA-SP**

A força DA PETROBRAS

Felipe Coutinho

O BRASIL TEM, graças à Petrobras, forte indústria petrolífera. Embora nova, 63 anos, em indústria de 180, a empresa está entre as dez maiores do mundo. O País tem produção superavitária e reservas crescentes. É líder mundial em águas profundas.

Das cinco maiores petroleiras, quatro são estatais; entre as 20, são 13. A intervenção do Estado tende a crescer, imposta pelo valor estratégico do petróleo. A competência da Petrobras é reconhecida por concorrentes e sucessivos prêmios, concedidos por organizações de prestígio como a Offshore Technology Conference (OTC).

Exportar cru e importar derivados não é boa política para o Brasil. Nenhum país se desenvolveu exportando matérias-primas para multinacionais estrangeiras. É preciso agregar valor ao petróleo e distribuir nacionalmente a renda petroleira.

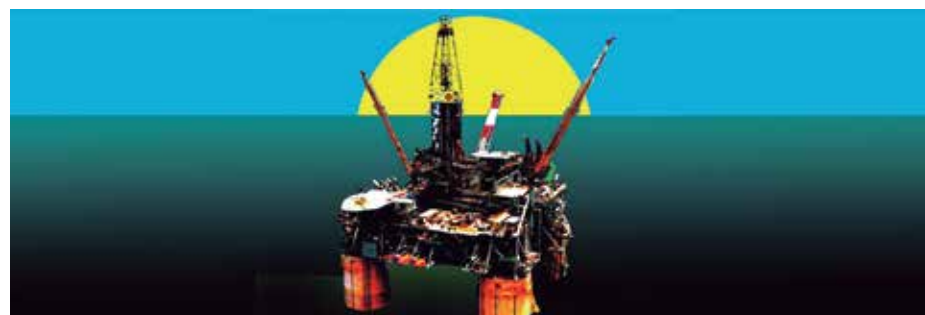
Da política de preços de Pedro Parente vieram os preços altos que culminaram com a greve dos caminhoneiros. A estatal adotou preços mais altos que os internacionais, apesar de produzir e refinar seu petróleo no Brasil. Preços altos, em especial do diesel, viabilizaram a lucratividade da cadeia de importação, que ocupou até 30% do mercado da Petrobras. O resultado foi o encalhe do diesel brasileiro, o que limitou a produção das refinarias com ociosidade de até 30%. Da política de preços resulta a exportação de petróleo cru, enquanto se importam derivados, e o parque de refino fica ocioso. Perdem os brasileiros, que pagam mais caro; a Petrobras, com redução do seu mercado. Ganham os refinadores dos Estados Unidos, os *traders* estrangeiros e distribuidores concorrentes. Temos capacidade de produzir e abastecer o mercado, mas a política de preços pode impedir.

Erros do passado não justificam os atuais. Errou Parente, erra Monteiro, ao abandonar investimentos no refino. Equívoco ainda maior é a venda de refinarias. Na verdade, alienação às empresas estrangeiras do mercado brasileiro de derivados. O mercado brasileiro do refino é aberto e competitivo, faz parte da Bacia do Atlântico, como demonstra a recente invasão do mercado pelo diesel produzido nos Estados Unidos, resultado dos preços altos da Petrobras.

É descabida a exigência de preços internacionais como condição para investimentos no refino. Ainda mais estranho é o desejo de impedir a ação do Estado brasileiro no setor. O que desejam? Acesso ao sétimo mercado do mundo e a renúncia do País ao controle sobre setor estratégico?

A dívida da Petrobras é proporcional às reservas em desenvolvimento do pré-sal, aos investimentos de mais de US\$ 250 bilhões, de 2009 a 2014, e perfeitamente administrável para companhia que, entre 2012 e 2017, manteve entre US\$ 13,5 bilhões e US\$ 25 bilhões em caixa, apresentou geração operacional superior aos US\$ 25 bilhões por ano e índice de liquidez corrente sempre acima de 1,5. O pré-sal já produz 1,8 milhão de barris equivalentes por dia, mais de 55% da produção nacional, nível alcançado em tempo recorde. A quantidade crescerá, significativamente, nos próximos anos.

Felipe Coutinho é presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet)



PROGRAMA DE GOVERNO





Metrô abre suas portas para *jovens engenheiros*

Deborah Moreira

DEZESSEIS ESTUDANTES e recém-formados de cursos de graduação em engenharia participaram em 28 de junho último de visita técnica ao Centro de Controle Operacional (CCO) da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô-SP), na região do Paraíso, na Capital. No ensejo, puderam ver de perto como funcionam as operações padrão, em horário de pico, quando chegam a circular simultaneamente 122 composições; e especiais, como as que ocorreram durante a Copa do Mundo de 2014, de um dos sistemas mais eficientes do mundo. A atividade foi promovida pelo Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP.

Diariamente, o Metrô-SP transporta mais de 4 milhões de usuários, o que representa um terço da população do município.

Durante a visita, os jovens puderam observar a atuação de parte da equipe do local, formada por 120 profissionais, que se revezam em turnos nas 24 horas do dia. O monitoramento no CCO é das linhas 1, 2 e 3, além do Pátio Jabaquara, onde ocorrem manobras dos trens. As demais linhas e pátios possuem outros centros de controle.

A enorme sala é repleta de monitores de vídeo que transmitem imagens das câmeras nas estações, em tempo real. Também há telas que mostram o funcionamento dos trens. Em meio a isso, estão dispostos computadores em mesas enfileiradas. Juntamente com o sistema de controle também está o de segurança.

Iniciativas como essa agregam conhecimento aos estudantes e recém-formados, como aponta Marcellie Dessimoni.

Matheus de Sousa Calou, 19 anos, estudante de Engenharia da Computação, impressionou-se: “Foi a parte que mais gostei, a da computação, poder ver todos os controles, os bastidores do Metrô, deu para ter um gostinho de como funciona.” Recém-formada em Engenharia Mecânica, Jéssica Trindade Passos, também presente, destacou que esse tipo de atividade “desperta o desejo de fazer parte desse time de profissionais de excelência como é o do Metrô”.

Antes de chegar ao cérebro do CCO, os visitantes assistiram a um vídeo institucional seguido de palestra de um dos engenheiros do Metrô, que explicou o funcionamento geral e respondeu às diversas dúvidas, como quais as estações a serem inauguradas. A previsão de investimentos em obras para 2018 é de R\$ 2,1 bilhões.

Sistema de controle

Os jovens também conheceram o Sistema de Controle Operacional de trens utilizado pelo Metrô. A despeito da eficiência, para atender o aumento da demanda de passageiros nos últimos anos, contratou um novo sistema, por rádio, que possibilitará a redução do intervalo entre os veículos, teoricamente para 75 segundos: o Controle de Trens Baseado em Comunicação (CBTC). A tecnologia garante que um trem se comunique com o outro de forma instantânea. “É um sistema novo que está sendo implantado em todas as linhas em construção no Estado”, aponta o diretor do SEESP Emiliano Stanislau Affonso Neto, engenheiro do Metrô há 35 anos, que acompanhou a visita. Na Linha 4 – Amarela (Luz-Butantã), operada pela Via Quatro, foi incorporado já à sua inauguração, em 2010.

Nas linhas em operação, 1 – Azul, 2 – Verde e 3 – Vermelha, foi contratado o da Alstom. Para seu funcionamento é necessário a compatibilização dos dois sistemas, o que dificulta o trabalho de instalação e testes, havendo todo um planejamento para as diversas fases. Não obstante, Affonso Neto destaca: “Hoje operamos com um dos menores intervalos entre trens em todo o mundo. É a equipe que mais conhece sistemas de transporte em todo o País, sem dúvida.”

Visita técnica à Toyota

Como parte de suas atividades, o Núcleo Jovem Engenheiro do SEESP realizou ainda, no dia 19 de julho, uma visita técnica à fábrica da Toyota, por meio do programa Turismo Industrial da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Participaram 14 estudantes e profissionais, que tiveram a oportunidade de conhecer um pouco da tecnologia de veículos da montadora, como o modelo Corolla, o motor do Etios e o primeiro carro produzido no Brasil, o Bandeirante. Os jovens puderam ainda montar um veículo de forma interativa em uma maquete da linha de produção da companhia. Também foram apresentados ao núcleo



Em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo, conhecimento sobre projetos e tecnologia de veículos da montadora.

projetos da Fundação Toyota, como o Arara Azul e a APA Costa dos Corais, voltados à sustentabilidade, abrangendo iniciativas que contribuem ao meio ambiente, como economia de água, uso de energia renovável, reciclagem de materiais e redução de emissão de gases poluentes.

Mas o que mais chamou a atenção dos participantes, segundo Jéssica Trindade Passos, engenheira mecânica recém-formada e colaboradora do núcleo, que coordenou a visita, foi o modelo Prius, exibido em uma estrutura arquitetônica, totalmente desmontado, “permitindo a visualização de todos os seus componentes”. O veículo é híbrido, ou seja, composto por um motor elétrico e um a combustão. “O carro não precisa ser carregado para sustentar a bateria, o próprio motor de combustão desenvolve essa tarefa através da frenagem. Isso permite que com o tanque cheio o motorista rode cerca de 700km”, ela explica.

Para a coordenadora do núcleo, Marcellie Dessimoni, a atividade foi proveitosa. “Visitas técnicas como essa agregam conhecimento a todos os estudantes e profissionais da engenharia”, assinala.



Estudantes e recém-formados conhecem funcionamento de um dos sistemas mais eficientes do mundo.

Beatriz Arruda

MÚTUA: NOVA GESTÃO, MAIS BENEFÍCIOS

Jéssica Silva

AUXÍLIO BOLSA DE ESTUDOS para filhos de associados e estudantes carentes em algum dos cursos reconhecidos pelo Sistema Confea/Crea. Esse é um dos novos benefícios que a Mútua, Caixa de Assistência dos Profissionais dos Conselhos Regionais de Engenharia e Agronomia, promete oferecer na gestão que se inicia neste mês de agosto. Quem conta é o presidente eleito para o segundo mandato de três anos, Paulo Roberto de Queiroz Guimarães. “A busca de melhorias aos associados é constante”, garante.

A origem da Mútua se deu por iniciativa do engenheiro sanitário Saturnino de Brito Filho, que, nas décadas de 1960 e 1970, já desenvolvia projeto semelhante aos profissionais no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Assim, foi criada pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), conforme a Resolução nº 252 de 17 de dezembro de 1977. Perto de completar 41 anos de atuação, conta 27 caixas, uma em cada capital no País, além de um posto de atendimento em Campina Grande (PB) e a sede em Brasília. No total reúne 128 mil sócios, sendo desses 78 mil contribuintes.

De caráter social, instituição oferece inúmeras oportunidades e benefícios aos profissionais do Sistema Confea/Crea.

Com o compromisso de elevar a carteira de benefícios sociais, previdenciários e assistenciais da instituição, Guimarães cita algumas conquistas em seu primeiro mandato: “Chegamos ao fim deste ciclo com o fortalecimento do TecnoPrev, o plano de previdência complementar; o credenciamento de novas administradoras de plano de saúde, passando de uma para quatro; e a declaração de constitucionalidade da ART (*Anotação de Responsabilidade Técnica*) pelo STF (*Supremo Tribunal Federal*).”

Além disso, ele conta que “em 2017 tivemos o primeiro associado atendido pelo

PIM (*Programa de Inclusão Mútua*). E aos poucos novas parcerias estão sendo firmadas no âmbito da proposta”. Com a finalidade de dar suporte ao profissional e a familiares com deficiência física ou mental, o PIM propicia acesso facilitado a equipamentos, tratamentos, produtos e serviços que promovam qualidade de vida e reinclusão social e profissional, além de autonomia para as atividades do dia a dia.

De caráter social, a instituição oferece ainda ajuda de custo temporária ao associado em estado de necessidade. Já os benefícios reembolsáveis, que funcionam como empréstimos, somam 17 tipos diferentes de incentivos, direcionados a investimentos em educação, saúde, criação de novos produtos, processos e serviços, instalação de sistemas de energias renováveis, lazer e aquisição de bens e imóveis, entre outros. Na saúde, o filiado pode optar entre diversas operadoras de convênio médico em parceria com a instituição, que apresentam preços diferenciados. O sócio tam-



A Mútua conta com 27 caixas, uma em cada capital do País, e a sede em Brasília.

bém participa de um clube de vantagens, com parcerias que promovem descontos em lojas virtuais e físicas, como redes de farmácias, entre outros serviços. Guimarães orgulha-se: “Com o apoio da Mútua, os profissionais têm inúmeras oportunidades de crescimento na carreira e de segurança a eles e as suas famílias.”

A quem se destina

Todos os profissionais que possuem registro junto ao Crea – engenheiros, agrônomos, meteorologistas, geógrafos, geólogos e tecnólogos – podem se associar à Mútua, preenchendo um cadastro *online*, no *site* da instituição, e optando por um dos três tipos de filiação disponíveis.

A categoria de cobertura plena é a de sócio contribuinte. Este, em dia com a anuidade, tem direito a todos os benefícios reembolsáveis e sociais, além dos convênios para descontos extensivos aos dependentes (parentes de primeiro grau). Ao se inscrever nessa modalidade, o profissional passa a ter automaticamente uma conta no TecnoPrev, em que pode fazer depósitos complementares a sua aposentadoria.

Já na modalidade de sócio corporativo não há taxa de inscrição ou anuidade, porém o beneficiado tem apenas acesso aos convênios. A renovação é anual, e a cada período o engenheiro precisa comprovar o recolhimento da ART no exercício anterior (últimos 12 meses), por declaração pessoal ou documento oficial do conselho regional. Parte do valor recolhido com a ART destina-se à caixa de assistência e ao custeio do fundo dos serviços reembolsáveis. A anuidade dos associados também contribui à manutenção dos benefícios sociais e previdenciários, além de parcerias e convênios firmados pela instituição.

A terceira modalidade de filiação é a institucional, direcionada aos funcionários do Sistema Confea/Crea e Mútua. Tanto nesta quanto na de sócio corporativo os profissionais dispõem do Plano de Saúde Mútua e do TecnoPrev. Mais informações no *site* www.mutua.com.br.



O engenheiro civil Paulo Roberto de Queiroz Guimarães, reeleito presidente da instituição para a gestão 2018-2021.

Fotos: Arquivo Mútua



Barrar a venda DA EMBRAER

Soraya Misleh

SEM QUALQUER garantia de preservação de empregos e tecnologia no País. Assim a vice-presidente da Delegacia Sindical do SEESP em São José dos Campos, Rozana Nogueira, resume o “negócio da China” para a americana Boeing: a compra de 80% da área comercial da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) ao valor irrisório de US\$ 3,8 bilhões, conforme memorando de entendimento assinado entre ambas no início de julho – o custo se aproxima ao do desenvolvimento de um único produto da companhia, aponta ainda Nogueira, que é engenheira da Embraer.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) não está alheio aos riscos, e é categórico: a União – que tem o poder de vetar a transação ou definir pré-condições para tanto, por deter ações especiais (chamadas *golden share*) – não deve autorizar a venda acionária sem que se assegure a manutenção da produção e empregos no Brasil. O tema é objeto de ação civil pública instaurada em julho último pelo órgão junto à Justiça do Trabalho – o qual promete, segundo divulgado em *sites* de notícias, impetrar mandado de segurança para barrar o negócio, caso a recomendação de salvaguardas não seja levada em conta.

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e autor da nota técnica sobre o assunto, que compõe a nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, da Federação Nacional dos

Engenheiros (FNE), cujo foco central é a retomada da engenharia nacional (*confira em <https://goo.gl/sdCXQn>*), Marco Aurélio Cabral Pinto ressalta: “Trata-se de patrimônio público. Com este governo que melancolicamente se despede, ilegítimo e impopular, na medida em que os candidatos a Presidente se posicionem sobre o assunto, no transcorrer de tempo até a eleição, torna-se progressivamente mais difícil para o núcleo político sobrevivente defender decisão sobre a *golden share* ainda neste ano.”

O *timing* é preponderante nesse caso, como atesta o engenheiro Amir Khair, consultor na área pública. “Tem havido movimentos (*contra a venda*) tanto na esfera técnica quanto política, e o governo está jogando contra o tempo.” Ele enfatiza o contrassenso de o conhecimento da Embraer ter sido construído com recursos públicos e todo o *know-how* resultante “parar nas mãos de empresa americana”.

Cabral Pinto ratifica: “Não é questão de preço, garantias ou taxas. A Boeing se confunde com o Departamento de Estado norte-americano. É uma gigante em setor que se beneficia do aumento da instabilidade política no mundo. O governo brasileiro pode e deve contrapor rol variado e extenso de exigências. Estas devem permitir o desenvolvimento de uma indústria aeroespacial no Brasil integrada, exportadora e com crescente autonomia tecnológica. A questão dos empregos depende disso.” Ele afirma: “Após o início da exploração em larga escala dos hidrocarbonetos do pré-sal, o Brasil não pode mais prescindir de uma política de defesa que seja imune aos humores fiscais. Os investimentos públicos em C,T&I também devem ser redobrados, canalizados para estratégia de desenvolvimento da base industrial e tecnológica de defesa.”

Soberania em risco

A condição *sine qua non* ao Governo Federal aponta para uma das preocupações de Nogueira. Segundo ela, as outras duas áreas da companhia – defesa e executiva – são praticamente deficitárias. Apesar da justificativa de que a primeira – estratégica

para o País – será mantida, a vice-presidente da delegacia sindical ressalta: assim como a executiva, não sobrevive “sem a comercial, a parte rentável que a sustenta”. E frisa: “O que está sendo feito é uma excrescência, um absurdo. A Boeing vai operar tudo e administrar, não é parceria, é venda. Ela pode simplesmente, quando quiser, parar de desenvolver avião no Brasil, de fazer projetos aqui, e mais de 5 mil pessoas trabalham nessa área. São 4.200 engenheiros na Embraer. Se isso se concretizar, a empresa se tornará uma mera montadora de avião.” Nogueira lembra que em 1996 a Boeing comprou a também americana Douglas McDougall e em dez anos fechou. “Não há garantia sequer de que ela vai continuar com a empresa no Brasil.”

Enquanto a Boeing tem muito a ganhar com o negócio, já que, como explica a engenheira, representa sua entrada no mercado de aviões menores, o País só tem a perder. Além do risco à soberania nacional e aos postos de trabalho dos cerca de 18 mil funcionários, toda a região será impactada com uma possível perda tecnológica. “São 70 empresas fornecedoras e mais 5 mil pessoas. Fora isso há outras companhias em um polo de negócios que orbitam pela Embraer.” A vice-presidente lamenta: “À sua criação, há quase 50 anos, não se pensou somente em uma empresa de avião, mas no desenvolvimento tecnológico nacional. O contrário do que está sendo feito agora.”

Na ótica de Maria Célia Ribeiro Sapucahy, diretora do SEESP e engenheira da Embraer, a venda acionária “é resultado de trajetória que se iniciou com a privatização da companhia em 1994, após mais de duas décadas de investimentos vultosos do governo”. Ela salienta: “Estamos abrindo mão de uma empresa estratégica de maneira inconcebível. Vão levar o conhecimento construído aqui e receio que, a médio prazo, seja o desmonte da engenharia.” O SEESP, com o apoio da FNE, visa articular as forças produtivas no País na busca por impedir a entrega do patrimônio público. “Vamos atuar para barrar esse processo”, assevera Murilo Pinheiro, presidente do sindicato.



Segio Fujiki/Embraer

Área comercial será entregue à Boeing a custo irrisório, equivalente ao desenvolvimento de um produto, como os jatos E2.

DEU CERTO

Engenharia empreendedora

A Afonso França Engenharia, conhecida pelo seu *know-how* em obras de inovação, completa 26 anos de vida em 2018. A empresa nasceu da parceria e amizade entre o engenheiro Cláudio Afonso e o administrador Estevam França (*respectivamente, na foto*). Participa de grandes obras em todo o País nos setores industrial, corporativo, de papel e celulose, *data center* e hospitalar.



produzir convergência e eficiência e o uso das máquinas que aprendem e podem aperfeiçoar automaticamente as informações.”

A companhia comemora ter fechado o ano de 2017 com um faturamento de R\$ 480 milhões, 20% acima do volume registrado no ano anterior, com previsão de chegar a R\$ 700 milhões em projetos já contratados para 2018, ou seja, quase restando contra a maré no País. Os profissionais da engenharia, como descreve Afonso, estão em todas as obras: produção, planejamento, custos, orçamentos e gestão.

Afonso ressalta que a tecnologia “modificou a forma como nos comunicamos, deslocamos, viajamos e até mesmo como fazemos compras no dia a dia”. Por essa razão, para ele, “o investimento em inovação hoje é quase mandatório, pois os ciclos se repetem de tempos em tempos e se termos crises, também teremos oportunidades e precisamos estar preparados para elas”. E ensina: “Quando concluímos o processo de introdução de uma nova tecnologia, já temos que estar prontos para outra.”

Inovação

A evolução da engenharia brasileira nestas duas décadas é sentida pela empresa, atesta Afonso, e novas mudanças já se iniciam com a chamada indústria 4.0. “As palavras-chave são integração, logística e planejamento de recursos, revolucionando a forma como prestamos serviços para

QUALIFICAÇÃO

Programa da Embraer recebe inscrições

A Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) está selecionando engenheiros recém-formados para participarem do Programa de Especialização em Engenharia (PEE). São elegíveis profissionais com inglês avançado, graduados entre 2016 e dezembro de 2018 nas modalidades aeronáutica ou aeroespacial, ambien-

tal, automobilística, civil, computação, controle e automação, elétrica, eletrônica, energia, física, materiais, mecânica, mecatrônica, metalurgia, naval, produção, química ou sistemas.

As inscrições estão abertas até o dia 2 de setembro próximo no *site* www.embraer.com.br/pt/pee, em que constam mais informações sobre o programa.



DE OLHO NO MERCADO

Empresa do agronegócio oferece oportunidades

A Cofco lançou o Programa Jovens Talentos, cujo objetivo é identificar profissionais empreendedores, dispostos a desenvolver a carreira em uma das maiores empresas do agronegócio mundial. As inscrições devem ser feitas até 31 de agosto. Ao todo são 20 vagas em diferentes áreas: comercial, operações, finanças, logística, tecnologia da informação (TI) e meio ambiente. O programa terá período de 12 meses, com oportunidade de assumir diferentes funções dentro da organização.

Pré-requisitos

Conclusão da graduação entre dezembro de 2014 e dezembro de 2017,

em diversos cursos e nas engenharias agrônoma, ambiental, florestal, de computação, de produção, mecânica, elétrica e química. É necessário inglês avançado ou fluente.

As vagas disponíveis são para as cidades de São Paulo, das regiões de São José do Rio Preto e Santos (SP); Rondonópolis e Sorriso (MT); Uberlândia (MG) e Maringá (PR). Início em novembro próximo.

Essas e outras vagas podem ser conferidas no *site* www.seesp.org.br, em Oportunidades. Inscrições em bit.ly/2uvAuZs.

Congresso online e gratuito de engenharia mecânica e automação

A constante atualização tecnológica e o aperfeiçoamento profissional são os principais desafios do mundo da engenharia e automação. Com o propósito de reunir e disponibilizar o que há de mais relevante nessas áreas, o Congresso Nacional Online de Engenharia Mecânica e Automação (Conaenge) chega a sua terceira edição de 6 a 10 de agosto. O SEESP firmou parceria com a organização do evento.

Dezenas de palestras serão disponibilizadas de forma gratuita e, por se tratar de um evento online, o participante poderá assistir de qualquer local, bastando ter conexão com a internet. Entre os temas, elementos finitos, automação, ciência de dados, inovação, indústria 4.0 e outros. Inscrições em www.conaenge.com.br/conaenge-2018.

Feira de intercâmbio

A CI Intercâmbio e Viagem realiza a segunda edição de feira de intercâmbio para quem quer trabalhar e estudar no exterior. O evento, gratuito, será no dia 18 de agosto próximo, das 12h às 19h, no Novotel São Paulo Conventions (Rua Martins Fontes, 71, Centro, São Paulo). Os organizadores informam que estarão presentes representantes das unidades da empresa na Austrália, Canadá, Irlanda e Nova Zelândia. Inscrições e mais informações em <https://feiratrabalhar.ci.com.br>.



Ação para correção do saldo do FGTS aos associados

O sindicato ingressou com ação contra a Caixa Econômica Federal, pleiteando o pagamento da correção monetária dos saldos das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Isso com base não na Taxa Referencial (TR), em índice que reflita a inflação real.

A ação foi iniciada em dezembro de 2013, na 17ª Vara Federal de São Paulo. O assessor jurídico do sindicato, Jonas da Costa Matos, explica que se trata de uma ação plúrima – ou seja, nesse caso, a entidade representa apenas os associados, ao contrário do Dissídio Coletivo, por exemplo, que abrange toda a categoria.

Portanto, para que o engenheiro participe da ação, o advogado afirma que basta “apenas e tão somente neste momento que seja associado ao sindicato

ou venha a sê-lo, antes da decisão do processo”. A devida correção monetária se destinará a todos os trabalhadores que têm conta no FGTS, mesmo a quem já tenha feito saques, a partir de 1999 – ano em que a

TR passou a não mais refletir a inflação. Logo, o período coberto pela ação é posterior a essa data.

“Existe chance de a ação prosperar no STF (*Supremo Tribunal Federal*), porque este já se manifestou em casos semelhantes, não envolvendo o FGTS, e entendeu que a TR não serve de índice para medir a inflação. Já no STJ (*Superior Tribunal de Justiça*) a posição é contrária, por este entender que há lei a respeito da correção do FGTS”, avalia Matos.

E explica: “Em eventual execução (*da ação*), o sindicato solicitará outros elementos para proceder ao cálculo das diferenças do FGTS de cada engenheiro.”



Campanhas salariais

Cteep – Em Assembleias Gerais Extraordinárias de 19 a 23 de julho, os engenheiros que trabalham na Cteep aprovaram proposta apresentada pela empresa, com vistas ao Acordo Coletivo de Trabalho 2018-2019. Essa inclui, entre outros itens, reajuste salarial de 2,86% na data-base (1º de junho) mais 0,3% de aumento real em janeiro de 2019, extensíveis ao piso da categoria e aos benefícios (vale-refeição e

auxílio alimentação serão majorados acima desse percentual, em 5%). As cláusulas de caráter social serão ainda prorrogadas até 2020.

CET – Em 25 de julho a categoria aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a contraproposta da empresa ao Acordo Coletivo de Trabalho 2018. Dentre os itens, destaca-se reajuste salarial de 3,04% retroativo à data-base (1º de maio), extensivo aos benefícios.

Sindicato participa de debate sobre reordenamento de fios

Em 18 de julho a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) realizou em sua sede, na Capital, o *workshop* “Infraestrutura urbana de telecomunicações: novas tecnologias”. Cerca de 200 pessoas acompanharam as apresentações dos especialistas convidados, entre eles o diretor do SEESP Carlos Augusto Kirchner e o consultor e coordenador do Grupo de Infraestrutura, ligado ao Conselho Tecnológico do sindicato, Marcius Vitale.

Este último lembrou a situação das caixas subterrâneas em que está o cabeamento das operadoras, que dividem espaços muito pequenos: “As soluções que temos preconizado, pelo sindicato, são galerias técnicas menores.”

Deborah Moreira



Atividade reuniu cerca de 200 pessoas e apontou soluções técnicas para se enfrentar o problema.

Até o momento, segundo Kirchner, cerca de 50 municípios possuem legislação própria sobre o tema. Os esforços estão surtindo resultados, caso de Bauru, no interior paulista. A partir de um mapeamento administrativo já existente,

está sendo possível a setorização da cidade para encaminhamento da fiscalização e notificações. Ele concluiu: “Temos que enfrentar esse problema, por mais que a situação pareça caótica, como é o caso de São Paulo.”

CNTU debate eleições 2018 e projeto de País

Em sua 12ª Jornada Rumo ao Brasil 2022, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados realiza em 10 de agosto o debate “A CNTU e as eleições 2018: democracia, desenvolvimento e trabalho”. A atividade ocorrerá na sede do SEESP, na Capital, a partir das 14 horas. Entre os participantes o cientista político Aldo Fornazieri e os economistas Antonio Corrêa de Lacerda, Júlio Sérgio Gomes de Almeida e Denis Maracci Gimenez. No ensejo serão empossados novos membros do Conselho Consultivo da CNTU e realizada plenária desse fórum. Confirma programação completa no *site* www.cntu.org.br.

Eleitos os delegados sindicais do SEESP na CET

Por meio de votação eletrônica, realizada nos dias 16 e 17 de julho, os engenheiros que trabalham na CET elegeram seus delegados sindicais do SEESP, para o quadriênio 2018-2021. São eles: Eduardo Vergínio Zorzeto e Luis Antonio de Sousa (titulares) e Luis Felipe Bonádio de Faria e Marco Antonio Pereira (suplentes). A posse ocorreu em 17 do mesmo mês.

Taubaté promove curso de licenciamento ambiental

Nos dias 10, 17, 24 e 31 de agosto, a Delegacia Sindical do SEESP em Taubaté promove em sua sede (Rua Venezuela, 271) o curso “Licenciamento ambiental e outorga”, das 8 às 17h. O objetivo é capacitar e aperfeiçoar profissionais a elaborarem projetos dentro das normas vigentes para o licenciamento ambiental e a outorga, considerando todas as etapas para garantir a regularidade dos empreendimentos potencialmente geradores de impacto ambiental. O valor total é de R\$ 350,00, podendo ser pago em duas vezes. Mais informações e inscrições pelos telefones: (12) 3633-5411/7371 e *e-mail*: taubate@e-seesp.org.br.

Amplie o horizonte de sua empresa

Anuncie para os engenheiros do Estado de São Paulo.

No site, JE ou no SEESP Notícias

Veja como em www.seesp.org.br/publicidade/ ou pelos telefones: (11) 99173-0651 ou (11) 3284-9880

